

# SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO NAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORAS DO MEIO RURAL SISALEIRO: O DESAFIO DA RUPTURA

TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

---

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo realizar uma análise acerca dos aspectos relacionados a questões de poder patriarcal no contexto da socialização de gênero no âmbito da família. A produção tomou como referência autores como Bourdieu (2005), Saffioti (2004), Traverso-Yepez e Pinheiro (2005), Castro (2011; 2014), Salvaro e Wolf (2013), Ferreira (2016), Maciezeki-Gomes e Nogueira (2016); Freire (1987), entre outros. O método utilizado foi o da revisão bibliográfica, de base sociológica, tomando como referências artigos e livros. Como se trata de um estudo em andamento, as conclusões parciais demonstram que, diante da aparente predominância de traços patriarcais no ambiente rural do Território Sisaleiro, há que se investir na educação como alternativa para a subversão política das formas de socialização de gênero nesse contexto predominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Família. Socialização de gênero. Trabalhadoras rurais.

---

## INTRODUÇÃO

O estudo do processo do modo de inserção das trabalhadoras rurais do SINTRAF/Serrinha, apresentado anteriormente na dissertação *Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF*

*Serrinha* (NASCIMENTO, 2009), nos possibilitou, do ponto de vista político e formativo, uma análise que se deteve numa perspectiva mais ampla do coletivo constituído por essas mulheres no espaço público representado pelo SINTRAF/ *Serrinha*, lócus onde a participação pareceu ter sido fundamental para a construção da identidade da mulher trabalhadora rural e portadora de direitos sociais.

Por considerar a relevância desse fenômeno, do ponto de vista não apenas do que ele representou localmente em termos da correlação entre forças conservadoras e/ou emancipatórias, mas também do âmbito dos processos implicados nas transformações da subjetividade das suas protagonistas – as trabalhadoras rurais do SINTRAF *Serrinha* –, avaliamos ser indispensável dar sequência à investigação, ora tomando como referência o plano da esfera privada dos sujeitos investigados, representado pelo âmbito doméstico, tendo a família, e mais especificamente a conjugalidade, como focos para um estudo mais aprofundado em nível de doutoramento, cuja linha norteadora se esboça nos seguintes objetivos:

- investigar a inserção das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF/*Serrinha*, identificando os saberes por elas mobilizados quando da criação do referido sindicato;
- examinar os impactos desses saberes desencadeados na vida das trabalhadoras no curso do processo de gestão do sindicato;
- analisar as possíveis transformações desse processo no contexto familiar, do ponto de vista da horizontalização das relações de gênero.

Por tomar como referência a análise das tensões/interfaces entre gênero, participação e família no meio rural sisaleiro, este artigo constitui um esforço de aproximação teórico-conceitual com estudos já desenvolvidos nessa área. Pois o que se pretende é estabelecer um recorte no que diz respeito à naturalização de questões de poder, dominação e exploração patriarcal no âmbito das formas de socialização a que as meninas/mulheres do meio rural sisaleiro são expostas ao longo da vida. Pretende também tomar como referência para análise o campo de disputa instaurado pelas mulheres nesse contexto, ao consolidarem coletivamente a identidade de trabalhadoras rurais e tomarem parte da gestão do SINTRAF/*Serrinha*, analisando os possíveis rebates dessa condição sobre a invisibilidade e as formas de socialização, que historicamente lhes foram impostas. Como forma de alcançar os objetivos aqui propostos, primou pela pesquisa bibliográfica de base sociológica.

## FUNDAMENTAÇÃO

Se tomarmos como referência a gênese histórica do nosso país, não teremos como contornar a constatação de que, como diriam Scott, Rodrigues e Saraiva (2005, p. 67), os estudos em áreas rurais fizeram parte da construção identitária do país, em que a idealização das origens patriarcais e familiares foi fundamental para o fortalecimento do Estado centralizador dos anos 40 e 50 do século passado. Todavia, destacaram Garcia, Salles e Scott (apud SCOTT; RODRIGUES; NOGUEIRA 2010, p. 67) que estudos menos memorialistas e mais etnográficos suplantaram essa perspectiva. Ao constatarem que as migrações para as cidades e para o Sul do país mexeram com esse cenário de divisão clássica de relações de gênero, tais estudos evidenciaram a existência de uma variedade muito maior de rearranjos relacionais familiares. Tal fato remete à constatação de Castro (2014, p.21), segundo a qual a história das famílias no Brasil não é homogênea e que hoje, no país, por distintos processos históricos, a família está se diversificando.

No meio rural sisaleiro, de certo modo, a família nuclear, aqui entendida na acepção de Donatti (2008, p.54), composta pelo casal e por filhos, foi o modelo mais presente. Contudo, historicamente, por força da migração dos homens e de outros fenômenos, não foram incomuns outros formatos, a exemplo das famílias monoparentais. Assim, a pluralização, como diria Petrini (2008, p. 34), de formas familiares, em que o conceito de casal torna-se evanescente, tornou possível arranjos organizados em torno de vínculos afetivos e de cuidados recíprocos. No entanto, no meio rural sisaleiro, tanto no caso das famílias nucleares e/ou monoparentais quanto de outros arranjos, a presença de traços da socialização patriarcal pareceu incontornável. Caracterizada, segundo Holanda (1995, p.79), por vínculos biológicos e afetivos, o modelo patriarcal traz como referência o patriarca, chefe em torno do qual descendentes colaterais e afins formam um todo, e no qual os membros se acham associados por sentimentos e deveres.

A análise a respeito do modo como tal modelo patriarcal se hegemoniza nos *espaços de convivência cotidiana* mostra-se relevante porque, conforme Sanday (1993, p.72), do ponto de vista de antropólogos/as feministas, o patriarcado não apenas concentra esforços na desvalorização simbólica da mulher, como enfatiza a sua posição estruturalmente periférica em relação ao sistema de direitos. Tal aspecto apresenta impactos significativos sobre as formas de violência a que as mulheres, de modo geral, estão expostas, produzindo efeitos negativos não apenas para a qualidade de vida dessas mulheres, como para a da sociedade em seu conjunto.

No contexto do modelo de socialização patriarcal aparentemente dominante no meio rural sisaleiro, a divisão entre os sexos, conforme Bourdieu (2005, p.17), parece estar 'na ordem das coisas' e, por ser aparentemente inevitável, se torna natural. Pois, como destacou Bourdieu (2005, p.17), é através da concordância entre estruturas objetivas e cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que se torna possível a naturalização dos processos de divisão sexual, os quais têm fundamento no mundo social. Sendo assim, conforme Bourdieu (2005, p.18), a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção. E em razão da força que lhe é conferida pela imensa máquina simbólica instituída pela ordem social, tende a ratificar a dominação masculina. O modo como essa dominação institui um mecanismo de sujeição e controle sobre as mulheres exige uma reflexão a respeito de como se dá em alguns contextos, a exemplo do meio rural, a socialização dos gêneros. Antes de nos ater especificamente na discussão a respeito da noção de socialização dos gêneros, é importante salientar que a concepção de gênero pertinente a este ensaio é aquela em que o:

*Gênero* [...] diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. (SAFFIOTI, 2004, p.45).

Nas palavras de Saffioti (2004, p.45), embora cada feminista enfatize um determinado aspecto, ainda que de modo limitado, concordam que o gênero é a construção social do masculino e do feminino. Traverso-Yépez & Pinheiro (2005, p. 149), por sua vez, ressaltam que, ao se dar em contextos específicos, tal construção demarca espaços, nos quais se configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas que, em alguma medida, delimitam suas possibilidades. Embora a construção de gênero não se dê de modo estático como ressaltou Castro (2014, p. 7), é importante refletir, com base no estudo realizado por Ferreira (2016) e Traverso-Yépez e Pinheiro (2005), sobre os modos como se davam a socialização de gênero na vida de mulheres de contextos rurais e/ou de bairro periférico de uma capital

nordestina. Conforme Traverso-Yépez & Pinheiro (2005, p.149), a construção da masculinidade e da feminilidade transcende a anatomia sexual, remetendo a redes de significação tecidas em diversas dimensões da vida.

Conforme Vaitsman (apud TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005, p. 148), a socialização de gênero diz respeito à incorporação de normas e valores socioculturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar. Ao longo da convivência familiar e da convivência com a vizinhança, de acordo com Traverso-Yépez e Pinheiro (2005, p. 149), meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a 'sociedade local' exige que sejam. A hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados.

Um das marcas mais presentes na socialização de gênero na vida de meninas, de acordo com Traverso-Yépez e Pinheiro (2005, p. 154), seriam as cobranças e exigências em relação às atividades domésticas, que impactariam de forma significativa a vida dessas meninas. Desde a mais tenra idade, eram ensinadas a passar, lavar, cozinhar, arrumar a casa e a cuidar de todos. Segundo Ferreira (2016, p. 248), não raras vezes, estudar se constituía num ato de superação em face das adversidades, da falta de estímulo e do evidente descontentamento de seus pais, irmãos e maridos. Também eram ensinadas a passar privações, a fim de suprir as necessidades dos homens. Como por exemplo, comer menos para deixar uma quantidade de comida maior para irmãos, pais, maridos e filhos. Ou destinar aos homens as partes "mais nobres" de aves e bovinos.

Para Traverso-Yépez e Pinheiro (2005, p. 156), o lazer desproporcionalmente distribuído reproduziria a condição de interioridade das meninas em contraposição à exterioridade masculina em relação ao domicílio de residência. As jovens mulheres, de acordo Ferreira (2016, p. 248), eram criadas com menos liberdade que seus irmãos homens, não dispendo do intervalo para o lazer como o irmão que vai jogar bola ou conversar com os amigos em um bar.

Não podem sair desacompanhadas e têm horários rígidos para voltar para casa. Essa série de limitações impostas socialmente por suas famílias e comunidades faz com que elas sejam as pessoas mais vulneráveis a sofrerem violência física, psicológica e patrimonial em suas próprias casas (FERREIRA, 2016, p. 248).

O controle se mostrava mais acurado sobre o corpo feminino. A autonomia sexual das mulheres, segundo Ferreira (2016, p. 248), é um aspecto pouco discutido e vivenciado no meio rural. De modo mais ou menos

ostensivo, no meio rural, o corpo e a sexualidade feminina constituíam-se numa propriedade do homem – pai ou marido. Proibidas de participar de reuniões, principalmente quando necessitavam dormir fora de casa, as mulheres geralmente eram submetidas à desconfiança de seus pais e/ou maridos e “monitoradas” pela vizinhança. Com base no pensamento de Traverso-Yépez & Pinheiro (2005) e Ferreira (2016), observa-se, no contexto descrito, o impacto dos estereótipos sexistas na experiência subjetiva e objetiva de vida das meninas/mulheres.

A descrição feita por Traverso-Yépez e Pinheiro (2005) e Ferreira (2016) acerca do modo como se dá a socialização de gênero na vida das meninas/mulheres, em bairros periféricos nordestinos ou no meio rural, não apresenta apenas um conteúdo simbólico, mas estrutural. Daí a consideração de Saffioti (2004, p. 131), segundo a qual embora impute-se, via de regra, uma responsabilidade quase exclusiva à socialização sofrida pelas mulheres à submissão, é importante salientar que

[...] diferentemente de muitas explicações, a consciência que as mulheres têm de si mesmas não deriva da socialização que receberam, mas de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social. Obviamente, a socialização faz parte deste processo de se tornar mulher/esposa. Mas não se trata apenas daquilo que as mulheres introjectaram em seu inconsciente/consciente. Trata-se de vivências concretas na relação com homens/maridos. Tanto assim é que nas sociedades ocidentais modernas a mulher perde direitos civis ao casar [...]. Simultaneamente, as mulheres integram e não integram a ordem civil, uma vez que são incorporadas como [...] subordinadas, e não como indivíduos. A submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens.(SAFFIOTI, 2004, p.131).

A análise de Saffioti (2005), aliada ao pensamento de Bourdieu (2005, p.43), auxilia para uma maior compreensão das razões que justificaram não apenas a invisibilidade, mas o confinamento das trabalhadoras rurais ao universo do vilarejo, da casa e a todo conjunto dos ditames da ordem masculina que reforçavam a autodesvalorização e a submissão às funções. Desprovidas de qualquer reconhecimento, situavam-se no âmbito privado. E, apesar de responderem pela integralidade da gestão do lar, da educação das filhas e filhos e por setores importantes da economia familiar, as trabalhadoras rurais tinham pouco ou nenhum poder deliberativo sobre essas questões. Então, simbolicamente voltadas à resignação e à discrição, as trabalhadoras rurais só poderiam exercer algum poder por procuração. Tal aspecto evidenciou a condição desvantajosa dessas mulheres no âmbito do contrato sexual estabelecido pelo casamento. Isto em razão de que:

Focalizar o contrato sexual, colocando em relevo a figura do marido, permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. E *proteção*, como é notório, significa, no mínimo a médio e longo prazos, exploração-dominação. Isto revela que as mulheres jamais alcançaram a categoria de indivíduos, com poder de contratar de igual para igual. O casamento, capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada (SAFFIOTI, 2004, p. 128).

Para Saffioti (2004, p.54;122), o modelo patriarcal extrapola o nível privado e, através das suas hierarquias, sua estrutura de poder, contamina toda a sociedade. Por assim dizer, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Em se tratando do patriarcado, o público e o privado estão profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas, porém são inseparáveis para a compreensão do todo social. Desse modo, o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle. Daí o poderio da dominação masculina dele decorrente, a qual, na perspectiva de Bourdieu (2005, p.34), se impôs dispensando justificção. E, por estar inscrita na ordem das coisas, se impôs nas regularidades da ordem física e da ordem social das posturas e atividades, o que cabia aos homens e às mulheres. Ao demarcar o espaço das mulheres, segundo Bourdieu (2005, p.34), tal ordem física e social tornou a dominação masculina algo supostamente natural e aceitável. Daí a constatação de que as paixões do *habitus*<sup>1</sup> dominado não poderiam ser superadas com um simples esforço da vontade, alicerçado numa consciência libertadora.

De fato, com base no pensamento de Bourdieu (2005, p.51), a superação do *habitus* dominado não seria uma tarefa fácil para as trabalhadoras rurais do SINTRAF/Serrinha, por envolver uma operação de caráter individual e simbólico, já que a ruptura com uma cultura secular, incorporada objetiva e subjetivamente à vida dessas mulheres, exigiria uma permanente disposição para desnaturalização de posturas e práticas que reproduziam de modo quase automatizado o domínio masculino no cotidiano. E, embora a consciência da situação de opressão, por si só não fosse suficiente na superação desse desafio, constituiria o patamar inicial para sua problematização no plano subjetivo-privado e objetivo-público.

A constatação de que as situações-limite em que se encontravam não eram naturais, e sim resultado de uma construção social, remeteu as trabalhadoras rurais à necessidade de ruptura com o fatalismo daquela aparente sina ou destino. E, a partir dessa constatação, passaram a se questionar sobre outra viabilidade: a de sua participação no espaço público,

como possibilidade de ressignificação da própria humanidade. Após período de intensas mobilizações e lutas em torno do direito à filiação em sindicatos rurais pela primeira vez, as mulheres apareceram nas pautas relativas à produção de direitos previdenciários e trabalhistas. Isto só foi possível graças ao reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

O conjunto dos fatos acima descritos nos leva a concordar com Butler (2003 apud SALVARO; WOLF, 2013, p. 87), quando esta ressaltou que, ainda que a categoria representacional trabalhadora rural impusesse limites, não havia como desconsiderar o fato de que, ao se anunciarem como integrantes de um grupo formado por sindicalistas rurais e não por mulheres “do lar”, evidenciam a produção de sujeitos e subjetividades a partir de outras regras.

Trata-se da produção da posição de trabalhadoras e, nesse caso, a constituição de determinada identidade política em lutas de gênero que estava voltada à promoção de outras formas de existência. Portanto, ao buscarem escapar de marcações historicamente prescritas para elas nas posições de “dona-de-casa”, “do lar”, “esposa do agricultor”, na posição de trabalhadoras e pelo acesso a determinados direitos sociais decorrentes daí, as mulheres criam novos modos de existência (SALVARO; WOLF, 2013, p.87).

A submissão às novas regras, embora contenha, enquanto ato, uma perspectiva de sujeição a normas socialmente impostas – pois que, do ponto de vista de Foucault (2006 apud SALVARO; WOLF, 2013, p.81), a garantia de uma cidadania plena depende da submissão a determinadas regras de identificação e controle do Estado – deu visibilidade e oficialidade ao trabalho das mulheres agricultoras. Ao lutar por direitos sociais, por meio de determinada identidade, as mulheres produzem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras.

Desse modo, parafraseando Salvaro e Wolf (2013, p.87), as lutas de gênero e de classe, em torno do reconhecimento profissional e da conquista de direitos trabalhista-previdenciários por parte das trabalhadoras rurais do SINTRAF/Serrinha, foram lutas que, do ponto de vista de Fraser (2001; 2007 apud SALVARO; WOLF, 2013, p.87), articularam reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica. Segundo Scott (1999; 2002; 2005 apud SALVARO; WOLF, 2013, p. 87), foi preciso articular lutas por igualdade de direitos sociais na/pela afirmação de diferenças, configurando, assim, o paradoxo das lutas de gênero.

Nos campos de debates surgidos em torno da diferença representada pela inserção das trabalhadoras rurais no SINTRAF/Serrinha, outras temáticas ganharam sentido, uma vez que, segundo Nascimento (2009, p. 50), as mulheres do meio rural começaram a superar a invisibilidade sobre si mesmas,

tendo sido lançado um olhar sobre a sua condição feminina no conjunto de suas necessidades, desejos e aspirações. Gradativamente, essas mulheres foram superando os tabus com relação ao próprio corpo e iniciando um trabalho de fortalecimento da autoestima. Desse modo, as transformações, no campo da subjetividade das trabalhadoras rurais, expressaram

As mudanças no “jeito de ser mulher” em contextos rurais, nas mais diversas partes do globo. Torna-se essencial levar em conta as questões socioculturais e elementos como classe, raça/etnia e renda, além de saúde, corpo e sexualidades. Ao retratar dimensões singulares e locais da vida das mulheres, rompe-se com a ideia de que seja possível universalizar as discussões [...] (MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122).

A pesquisa Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF/Serrinha (NASCIMENTO, 2009, p.103), demonstrou que a participação das trabalhadoras rurais no SINTRAF/Serrinha não esteve regida por interesses efêmeros e descartáveis, típicos do legado liberal da cidadania. Entremeadada por aspectos simbólicos e identitários, essa participação constituiu uma dimensão formativa essencial para o processo de ressignificação do espaço público representado pelo sindicato, instituindo uma cultura participativa, capaz de constituir novos campos de disputa. Isto porque, como destacou Little e Panelli (2003 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p.122), em alguma medida, essa participação permitiu ainda, no contexto sisaleiro, a emergência de novas e complexas negociações dos papéis de gênero. Negociações por meio das quais, conforme Scott, Rodrigues e Saraiva (2005, p.70), as mulheres foram adquirindo maior autonomia, a despeito mesmo do desencadeamento de acirrados conflitos na esfera doméstica, ocasionando muitas vezes o abandono do (ou pelo) marido e/ou agressões.

O complexo e dialético percurso espaço privado/espaço público/ espaço privado feito pelas trabalhadoras rurais mostra-se útil, pois a hipótese de conflito e quiçá da violência doméstica não seria remota. Para Scott, Rodrigues e Saraiva (2005, p.70), esta hipótese tornou-se plausível, à medida que, ao adquirirem poder, as trabalhadoras passaram a conviver com as duas faces advindas dele: a da potência e a da impotência, sendo a primeira adquirida por *elas* e a segunda sentida por *eles*. A esse respeito, Saffioti (2005, p. 54) trouxe relevantes contribuições. Conforme Saffioti (2005, p. 54), ao consolidar suas hierarquias e estruturas de poder, o patriarcado contaminou toda sociedade. E ao fazer isto, instituiu também o direito patriarcal, o qual se hegemoniza de modo retroalimentador no âmbito da sociedade civil e do Estado. Ainda que tratando de esferas, aparentemente, distintas:

[...] são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. “A liberdade civil depende do direito patriarcal”. Raciocinando na mesma direção de Johnson (1997), Pateman mostra o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o *patriarcado* uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “*o pessoal é político*” (SAFFIOTI, 2004, p.54-55).

Daí a constatação de Saffioti (2004, p. 62) de que o poder tem duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência. O homem, considerado todo-poderoso, não se conformaria com as transformações de uma companheira que paulatinamente descobria um horizonte de possibilidades no espaço público de um sindicato. Isto se constituiria numa perda de controle, de poder – uma afronta. Na condição de macho dominador, não poderia admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de violência psicológica e física.

O conjunto dos aspectos anteriormente discutidos nos leva a concordar com Maciazeki-Gomes e Nogueira (2016, p. 122), quando ressaltaram que as relações familiares e de trabalho constituem pontos de convergência das discussões a respeito da participação de mulheres do meio rural em movimentos e organizações sociais. Conforme Mara Lago, Carla Michele Serafim e Mariana Figueiredo (2004 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122), o fato de ainda perdurarem relações familiares influenciadas por um modelo tradicional, mais próximo da família patriarcal, fundada em princípios de hierarquia, põe em enlevo, de acordo com Maciazeki-Gomes e Nogueira (2016, p. 122), que as conquistas femininas em contextos rurais indicam que ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados.

A dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens, segundo Allen (2002 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122) e Wright e Annes (2014 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122); a dificuldade da mulher de acesso à herança, de acordo com Bryant e Pini (2009 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122); a primazia da associação do trabalho agrícola aos corpos masculinos, conforme Brandth (2006 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122), além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher, segundo Suárez (2008 apud MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA, 2016, p. 122), evidenciam um horizonte de desafios a serem superados pelas trabalhadoras, no que tange à horizontalização de gênero e, provavelmente, à ruptura com situações de violência doméstica no seio das famílias do meio rural.

Posteriormente, o aprofundamento do olhar sobre si mesmas possivelmente se desdobraria, nas palavras de Josso (2002), no fortalecimento da formação conscientemente empreitada pelas trabalhadoras, em que se agregariam outros conceitos descritivos, como: temporalidade, experiência, aprendizagem, conhecimento e saber-fazer, consciência, subjetividade, entre outros. As repercussões desse processo nas relações de gênero na família, muito provavelmente, foram significativas. No entanto, numa avaliação arriscada, ficamos a nos questionar se esse processo formativo não poderia produzir transformações de um maior alcance, caso possibilitasse que as gerações mais jovens adquirissem algumas das ferramentas necessárias à problematização dos modelos de socialização de gênero dominantes no meio rural, advindas de diferentes, mas convergentes, ações, como a incorporação no currículo escolar, desde cedo, das questões relacionadas às relações de gênero no meio rural, formação de grupos focais nas comunidades rurais fomentada por lideranças locais, presença de estudantes-pesquisadores que já se debruçam sobre o tema em seus cursos de pós-graduação, entre outros.

Diante do exposto, avaliamos que, embora o horizonte seja ainda desafiador, é importante salientar que, mesmo sujeitas à invisibilidade durante muito tempo nos espaços público e privado, as trabalhadoras rurais trouxeram uma valiosa contribuição ao histórico debate e à histórica luta em torno de um mundo mais inclusivo e capaz de incorporar novos elementos culturais. Isso proporcionou maior avanço rumo ao fortalecimento da democracia legitimada pela diversidade da participação, a qual se confundiu com a própria história da emancipação dessas trabalhadoras, deixando transparecer a dimensão educativa da participação social de grupos até então marginalizados no Território do Sisal baiano.

#### CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A luta e a conquista históricas pela filiação das trabalhadoras rurais no SINTRAF/Serrinha foram relevantes não apenas para o aprofundamento democrático da organização como para dar visibilidade às questões de gênero presentes no meio rural do Território do Sisal. E não foi apenas isto: o conjunto das transformações decorrentes desse processo também foi de fundamental importância para o fortalecimento dos fóruns participativos num território historicamente marcado pelo conservadorismo social, econômico, político e consequentemente por baixíssimos índices de desenvolvimento humano.

Do ponto de vista social, esse conservadorismo encontrou grande expressão no modo como se organizavam as famílias; que de alguma forma sujeitas a certa diversidade no meio rural, de maneira significativa,

expressavam a influência de um modelo de socialização patriarcal, em que as relações de poder entre os gêneros se dariam em meio à forte hierarquização, decorrente da autoridade/autoritarismo paterno. Foi em meio a esse contexto conservador que a luta pela filiação e a consequente participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF/Serrinha mobilizou saberes e consubstanciou uma identidade política. Tal processo impactou não apenas a gestão da organização, mas alcançou a subjetividade e a vida dessas trabalhadoras no âmbito familiar.

No entanto, essa não foi uma construção realizada num idílio, mas num contexto marcado, como diria Saffioti (2004, p.75), pela tolerância e até no incentivo para o exercício masculino da força-potência-dominação contra as mulheres. Ainda que numa aparente condição de desigualdade, as relações de gênero no âmbito das famílias das trabalhadoras, não deixou escapar, como diriam Salvaro e Wolf (2013, p. 82), o caráter relacional próprio de um jogo de forças marcado por negociações e resistências. Nesse particular, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural traduziu segundo Pinto (1992, p.143) a crescente luta em torno da horizontalização das relações entre homens e mulheres no meio rural.

E, embora a participação dessas mulheres não as transformasse necessariamente em feministas, fez com que a sua posição na rede de poderes no interior da comunidade fosse transformadora, pois que, de acordo Pinto (1992, p.133), essas mulheres iniciaram um processo de ruptura com as fronteiras físicas e simbólicas do mundo privado, passando a articular, no interior dos movimentos, lutas marcadas pelo diferencial de gênero. O que, conforme Traverso-Yépez e Pinheiro (2005, p.148), precisa articular-se à luta contra a precariedade material, a violência, a exclusão social e o evidente abandono por parte do poder público a parcelas da população brasileira em situação de vulnerabilidade, restringindo suas perspectivas de vida. Daí a importância do conhecimento e da educação enquanto alternativas para superação das situações-limite decorrentes não apenas das adversidades sociopolíticas e ambientais do Território do Sisal, mas especialmente da socialização de gênero a que, de alguma forma, estariam submetidas no cotidiano.

Do ponto de vista de Freire (1987, p. 34), o conhecimento e a educação teriam muito a contribuir, haja vista que, enraizadas em determinadas condições temporais e espaciais, as trabalhadoras seriam desafiadas a refletir sobre a própria situacionalidade, construindo alternativas de superação. Aqui emerge a perspectiva política do conhecimento e da educação, pois que, como afirmou Freire (1987, p. 52), no contexto do esforço organizativo que

surgiu em meio à construção desse conhecimento, a objetivação do mundo não pode ser dissociada da responsabilidade histórica da participação e da transformação, do que decorre como diria Bourdieu (1985, p. 96 apud TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005, p. 150), o caráter do conhecimento e da educação enquanto subversão cognitiva incontornável para uma subversão política, não apenas das formas de socialização de gênero, mas também dos cenários onde elas se manifestariam.

Diante do exposto, concluímos que as conquistas alcançadas através da filiação e participação das trabalhadoras no SINTRAF Serrinha apontam para os possíveis desafios a serem enfrentados quanto à horizontalização das relações de gênero no contexto familiar, haja vista o indelével traço patriarcal que parece pairar nos modos de socialização e relação entre mulheres e homens no meio rural do Território Sisaleiro. E, embora elas não tenham se nomeado como feministas, a saída do mundo privado para o público envolveu a entrada numa rede de relações que geraram novos saberes, novas informações. Daí a consubstanciação daquilo que Castro (2011, p. 1) denominou como peculiar feminismo, também informado nos escritos de Heleieth Saffioti. Um feminismo que está no aqui e no agora, tomando partido por mulheres concretas na classe, na raça e em tantos outros sistemas de subordinação; por mulheres e homens por outras relações sociais. Um feminismo que investe e transcende os limites das políticas públicas e das realizações existenciais, individualizadas em micropolíticas. Ou seja, um feminismo que se preocupa em discutir teorias que colaborem em coletividades transgressoras com vistas a um outro humanismo.

Sendo assim, se considerarmos o conjunto dos fatores e forças implicadas nesse processo (tanto no espaço público quanto no privado), mesmo que de modo transitório, concluiremos que tal construção pareceu ter sido de fundamental importância para que as trabalhadoras não apenas consolidassem a sua identidade profissional, mas que se inscrevessem no debate contemporâneo em torno de modelos democráticos mais plurais.

Artigo recebido em: 27/03/2017

Aprovado para publicação em: 07/06/2017

---

## GENDER SOCIALIZATION IN FAMILIES OF FEMALE WORKERS ON RURAL SISAL ENVIRONMENT: THE CHALLENGE OF RUPTURE

**ABSTRACT:** The article aims to analyze the aspects related to patriarchal power issues in the context of the socialization of gender within the family. The production took as reference authors such as Bourdieu (2005); Saffioti (2004); Traverso-Yepey and Pinheiro (2005); Castro (2011, 2014); Salvaro and Wolf (2013); Ferreira (2016); Maciezeki-Gomes and Nogueira (2016); Freire (1987), among others. The method used was the bibliographical review, based on sociology, taking as reference articles and books. As this is an ongoing study, the partial conclusions show that in the face of the apparent predominance of patriarchal traits in the rural Sisal Territory, it is necessary to invest in education as an alternative to the political subversion of gender socialization in this predominant context.

**KEYWORDS:** Education. Family. Female rural workers. Socialization of gender.

---

---

## SOCIALIZACIÓN DE GÉNERO EN LAS FAMILIAS DE LAS TRABAJADORAS RURALES DEL ÁREA DE SISAL: EL RETO DE LA RUPTURA

**RESUMEN:** El artículo tiene como meta analizar aspectos relacionados a cuestiones de poder patriarcal en el contexto de socialización de género dentro de la familia. La producción tomó como referencia autores como Bourdieu (2005); Saffioti (2004); Traverso-Yepey y Pinheiro (2005); Castro (2011, 2014); Salvaro & Wolf (2013); Ferreira (2016); Maciezeki-Gomes y Nogueira (2016); Freire (1987), entre otros. El método utilizado fue una revisión bibliográfica, de base sociológica, tomando como referencia artículos y libros. Como se trata de un estudio en curso, los resultados parciales muestran que dada la aparente prevalencia de rasgos patriarcales en el territorio rural del área de Sisal, tenemos que invertir en la educación como alternativa para la subversión política de formas de socialización de género en ese contexto predominante.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Familia. Socialización de género. Trabajadoras rurales.

---

## NOTAS

1. De acordo com Bourdieu (2005), a noção de *habitus* dominado diz respeito à apreensão do mundo social e suas arbitrarias divisões, as quais, através da divisão social entre os sexos, impõem-se arbitrariamente, impelindo os sujeitos a incorporá-las e somatizá-las como algo natural a sua própria constituição, sob a justificativa da sua inquestionável legitimidade.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Pensamento; Cultrix, 2002.
- CASTRO, M. G. É possível um diálogo entre a psicanálise winnicottiana e o feminismo de corte sociológico, quando o foco é gênero e família? Notas a partir de leituras cruzadas sobre maternidade – Nancy Chodorow e D.W. Winnicott. Diálogos possíveis. *Revista da Faculdade Social da Bahia*, ano 13, n. 2, jul./dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. Contribuições de Heleieth Saffioti – em memória e pelo devir. *Crítica Feminista*, n.4, p. 72-99, dez. 2011.
- DONATI, P. Abordagem relacional da família. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Família no século XX: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. *Revista Pegada*, vol. 17, n.1, jul./2016.
- HOLANDA, S. B. Herança rural. In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACIAZEKI-GOMES, R. C.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidades. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n.1, 2016.
- NASCIMENTO, H. M. *Conviver com o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/BA*. São Paulo: Annablume/FAPESP; Valente: Apaeb, 2003.
- NASCIMENTO, T. R. B. *Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do SINTRAF/Serrinha*. 2009. XX f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Bahia, Serrinha, 2009.
- PETRINI, J. C. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Donati. In: DONATI, P. (Org.). *Família no século XX: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- SANDAY, P. R. A reprodução do patriarcado na antropologia feminista. In: GERGEN, M. M. (Org.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: EdUnB, 1993.
- SAFFIOTI, H. I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SALVARO, G. I. J.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, 2013.
- SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

NASCIMENTO, T. R. B.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V.; S. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.1, jan./abr. 2005.

---

TELMA REGINA BATISTA NASCIMENTO: Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1995). Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2009). Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). É professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, exercendo a docência dos componentes Currículos, Educação do Campo e Estágio Supervisionado no Departamento de Educação – Campus XI / Serrinha-BA. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) – UNEB/Campus XI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em teoria geral do currículo, práticas pedagógicas e temas relacionados à educação em espaços não escolares e participação no contexto das organizações do Território do Sisal baiano.

E-mail: [telmareginaserrinha@yahoo.com.br](mailto:telmareginaserrinha@yahoo.com.br)

---